



.....

O VELHO SENADO



Mesa Diretora

Biênio 2003/2004

Senador José Sarney
Presidente

Senador Paulo Paim
1º Vice-Presidente

Senador Eduardo Siqueira Campos
2º Vice-Presidente

Senador Romeu Tuma
1º Secretário

Senador Alberto Silva
2º Secretário

Senador Heráclito Fortes
3º Secretário

Senador Sérgio Zambiasi
4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador João Alberto Souza
Senador Geraldo Mesquita Júnior

Senadora Serys Slhessarenko
Senador Marcelo Crivella

Conselho Editorial

Senador José Sarney
Presidente

Joaquim Campelo Marques
Vice-Presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim
João Almino

Carlyle Coutinho Madruga
Raimundo Pontes Cunha Neto

.....
Edições do Senado Federal – Vol. 37

O VELHO SENADO

Ilustrações de S. A. Sisson



Brasília – 2004

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL
Vol. 37

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 2004

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – Brasília – DF

CEDIT@senado.gov.br

[Http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm](http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm)

.....

Assis, Machado de, 1839-1908.

O velho Senado / Machado de Assis. -- Brasília :
Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

86 p. -- (Edições do Senado Federal ; v. 37)

1. Crônica, Brasil. 2. Literatura, Brasil. 3. Política
e governo, Brasil. I. Título. II. Série.

CDD B869.8

.....

.....

Sumário

NOTA DO EDITOR

pág. 9

Lições políticas de
Machado de Assis,
por José Sarney

pág. 11

O velho Senado

pág. 21

Crônica de
1 de novembro de 1861

pág. 55

Crônica de
13 de dezembro de 1896

pág. 71

Notas biográficas de
Senadores do Império
em “O velho Senado”

pág. 79

NOTA DO EDITOR

O Conselho Editorial do Senado da República traz a lume três crônicas políticas de Machado de Assis com suas sutis observações sobre a política de sua época.

A primeira, crônica de atmosfera do século XIX no Rio de Janeiro, então capital do Império, retrata a galeria das principais personalidades políticas no âmbito do “Velho Senado”.

Machado de Assis foi comentarista político a partir de 1861 (em primeiro de novembro publicou sua primeira crônica política na coluna “Comentário da Semana”, do Diário do Rio de Janeiro assinada por Gil, um de seus pseudônimos). Tal atividade de comentarista político encerrou-se com a crônica publicada na coluna “A Semana”, do jornal Gazeta de Notícias, no dia 13 de dezembro de 1896. Estas duas crônicas integram a presente edição.

É com orgulho que o Conselho Editorial anuncia a publicação para breve da totalidade das crônicas machadianas versando sobre a política de seu tempo.

LIÇÕES POLÍTICAS
DE MACHADO DE ASSIS

JOSÉ SARNEY

A PRIMEIRA vez que li a crônica de Machado de Assis sobre a vida parlamentar, em Páginas Recolhidas, de 1899, trouxe-me sensação indelével de que o tempo não passa. Ali estava o Senado, o velho Senado vitalício do Império, vivo pelo milagre da palavra. Muitas vezes reli essa página de gênio, que ficará eterna, eternizando a velha Casa. É ela hoje, através dos tempos, a memória, a fotografia, o testemunho definitivo de uma parte da história do Parlamento brasileiro.

O cronista parlamentar, extraordinário, soube ser mais definitivo do que os próprios Anais. É uma sombra aquele contínuo que fecha a porta, no momento inaugural da República, derradeiro do reinado de Pedro II. Mas é um símbolo. Ele fecha a porta de uma época e deixa o sabor de uma grande solidão.

Mas, Machado de Assis não deve ser lembrado somente por esse depoimento. Basta ver sua convivência com o Parlamento e a política.

A mais antiga reminiscência de Machado de Assis sobre a atividade política de nosso País está numa crônica de 9 de junho de 1878, publicada na revista O Cruzeiro, assinada por um dos pseudônimos do escritor, Eleazar.

É interessante observar, antes de transcrever o trecho expressivo, que a memória do cronista, nessa volta a si mesmo, fixa-se, com olhos de menino, num episódio parlamentar.

Vamos à confissão machadiana: “A primeira vez que assisti a uma sessão do Parlamento era bem criança. Recordo-me que, ao ver um orador oposicionista, após meia hora de um discurso acerbo, inclinar-se sobre a cadeira do Ministro e rirem ambos, senti uma espécie de desencanto. Esfreguei os olhos; não lhes podia dar crédito. Era tão diferente a noção que eu tinha dos hábitos parlamentares! A reação veio; e então compreendi que a mais bela coisa das lutas parlamentares é justamente a estima das pessoas, de envolta com as dissensões de princípios, espírito de tolerância que não conhecem ainda as povoações rústicas. A este respeito, contam estas a mesma idade que eu tinha, quando pela primeira vez pus os olhos no Parlamento.”

Convém acentuar, como o fez Josué Montello, em O Presidente Machado de Assis, que houve em Machado, no mais alto grau, o senso objetivo da vocação política, o que o levaria, andando o tempo, e já no altiplano da maturidade literariamente realizada, a compor, organizar e impor-se uma rotina de trabalho, quando conseguiu conciliar as duas vertentes – a do escritor e a do político – na criação do seu Senado vitalício, a Academia Brasileira de Letras, do qual seria presidente enquanto viveu.

A vida política do Brasil, enquanto luta, litígio, campanha e proposição teórica, sempre encontrou na pena de Machado de Assis o seu arguto comentador.

Políticos e política há nos seus contos, crônicas, discursos, romances e no seu teatro, quer como alusão explícita, quer como reflexão oportuna.

Até em versos jocosos, com os quais distraía a si mesmo e aos leitores, numa coluna de jornal, o escritor se manifesta, a esse propósito como numa das famosas gazetas de Holanda, em que nos diz em verso, com a pena de cronista, não ter querido o hábito da Rosa, o hábito de Cristo, Avis, ou mesmo a fita do Cruzeiro do Sul. E, definindo-os:

*“São moedas da coroa,
E eu, democrata, não devo
Expor a minha pessoa
A ser contrária ao que escrevo.”*

E concluía em profissão de fé política:

*“Não é só a Monarquia
Que tem plantas reverendas;
Vento da democracia
Também faz brotar comendas.”*

A conclusão do autor dos Tambores de São Luís deve ser aqui invocada: “Na presidência da Academia, por força da condição do espírito acadêmico, Machado de Assis encontrou a solução ideal de sua vocação política, realizou-se politicamente, sem se afastar da órbita literária, e o fez com um tato inexecedível, sabendo que se deve compor a vida, segundo Madame de Valmore, como se costura – ponto por ponto.”

Poder-se-ia concluir, de modo sumário, que Machado de Assis teria tido a vocação política. A autêntica. A que traz em si o ímpeto irreprimível. Ou seja: o gosto da arte de governar, do processo para conduzir o povo da maneira de transformar o litígio em debate, para alcançar a solução possível, quer na ordem social, quer na ordem individual. Mas teria faltado ao mestre de Dom Casmurro a aptidão correspondente, que daria curso natural à vocação política.

Na verdade, se bem pensarmos, tampouco lhe faltou a aptidão, para apoio e esteio da vocação. Apenas, em vez de fazer política, no plano da vida executiva ou parlamentar, ele preferiu fazer a alta política, no plano da vida literária, de que a Academia, com o reconhecimento de sua incontestável liderança intelectual, constituiu o ponto culminante, a realização maior.

Daí a conciliação da pena do escritor com a política. E não apenas vida política brasileira. Também a política exterior, a política que se faz lá fora. Mas sempre voltando à política de nosso país, para comentar uma eleição, para dar sua opinião sobre a reforma da Constituição, para debater as questões que agitavam o Parlamento.

Poucos escritores terão acompanhado com tanto interesse e tanta acuidade a vida política brasileira como o maior de todos. Nada lhe escapa. A pena do cronista, ou a pena do romancista e do contista, está sempre vigilante, não propriamente para combater, como os políticos exaltados, mas para esclarecer, para opinar. Direi mesmo: Para ser um estadista, só faltou a Machado de Assis o exercício da política, na Câmara, no Senado, no Ministério. O estadista que ele soube ser no plano das letras. E que certamente teria sido, com a sua ampla visão do mundo, no plano da vida política efetiva.

Mas, mesmo assim, tentou uma cadeira de deputado por um distrito de Minas Gerais, como ressaltei em meu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras.

Não farei uma afirmação temerária ao escrever que a história da política nacional não pode ser escrita, no espaço compreendido pela vida de Machado de Assis, sem o testemunho do Mestre de Dom Casmurro. E com esta vantagem superior: ele pôs a compreensão no

lugar da paixão, sempre que analisou um problema, retratou um político ou definiu uma situação, no curso de nossa história política.

Estou a lembrar, agora, a crônica de 30 de outubro de 1892, em que, de passagem, esboçou o perfil do Senador Francisco Otaviano: “A atual mocidade não conheceu Otaviano; viu apenas um homem avelhantado e enfraquecido pela doença, com um rosto pálido daquele riso que Voltaire lhe mandou do outro mundo. Nem resto, uma sombra de resto, talvez uma simples reminiscência deixada no cérebro das pessoas que o conheceram entre trinta e quarenta anos.”

Para compreendermos com exatidão a página evocativa, cumpre-nos ter em mente o que nos adverte o próprio Machado de Assis, no início daquela página: “Tempos do papa! tempos dos cardeais! Não falo do papa católico, nem dos cardeais da Santa Igreja romana, mas do nosso papa e dos nossos cardeais. F. Otaviano, então jornalista, foi quem achou aquelas designações para o Senador Eusébio e o estado-maior do Partido Conservador. Era eu pouco mais que um menino...”

Prossegue o cronista, puxando o fio da memória: “Um dia, um domingo, havia eleições, como hoje. Papa e cardeais tinham o poder nas mãos, e, sendo o regime de dois graus, entraram eles próprios nas chapas de eleitores, que eram escolhidos pelos votantes. Os liberais resolveram lutar com os conservadores, apresentaram chapas suas e os desbarataram. O pontífice,

com todos os membros do consistório, mal puderam sair suplentes. E Otaviano, fértil em metáforas, chamou-lhes esquifes. “Mais um esquife”, dizia ele no Correio Mercantil, durante a apuração dos votos. “Luta de energia, luta de motejos. Rocha, jornalista conservador, ria causticamente do lencinho branco de Teófilo Ottoni, o célebre lenço com que este conduzia a multidão, de paróquia em paróquia, aclamando e aclamado. A multidão seguia alegre, tumultuosa, levada por sedução, por um instinto vago, por efeito da palavra – um pouquinho por ofício. Não me lembra bem se houve alguma urna quebrada; é provável que sim. Hoje mesmo as urnas não são de bronze. Não vou ao ponto de afirmar que não as houve peçadas. Que é a política senão obra de homens? Crescei e multiplai-vos.”

São numerosas, ao longo dos romances e dos contos de Machado de Assis, as reflexões sobre a política, sinal de que o escritor não se limitou, como cronista, a opinar sobre fatos reais, à margem da política brasileira, mas associou essa política ao seu mundo de ficcionista.

Está em Quincas Borba: “Em política, a primeira coisa que se perde é a liberdade.” E, numa peça de teatro, Quase ministro: “Em política, ser lógico é ser profeta.”

Quem quer que tenha a experiência da política, na ordem da execução objetiva, há de dar razão ao Mestre, nesta conclusão de suas Histórias sem Data: “A li-

berdade não morre onde restar uma folha de papel para decretá-la.”

Para nós, políticos, a quem foi dado o privilégio de fazer da política o tirocínio de toda uma vida, a obra machadiana é um reencontro contínuo de nossas próprias experiências. “Viver não é apenas ver passar”, como concluía Amado Nervo. É, sobretudo, conhecer e confrontar. A leitura de uma obra como a de Machado de Assis aumenta nosso conhecimento, coloca-nos diante de observações exatas que nos ampliam a visão da vida, com a soma de experiências do romancista.

Qual o político que não sofreu na sua carreira o aghilhão de injustiças ferozes? Faz parte de nosso tirocínio. Porque o homem político é, por natureza, uma controvérsia.

Ora, um belo dia, já glorioso, já realizado, Machado de Assis vem a saber que um de nossos maiores críticos, Sílvio Romero, acabara de publicar contra ele, contra sua obra, diminuindo-lhe o valor, injuriando-o, um livro compacto de quase quatrocentas páginas. O mestre não se defendeu. E quando um jovem amigo, Magalhães de Azeredo, falou-lhe do livro, em carta que lhe escreveu de Roma, limitou-se a dizer-lhe, na volta do correio: “É um estudo ou ataque, como dizem as pessoas que ouço. De notícias públicas vejo que o autor foi injusto comigo. A afirmação do livro é que nada valho. Dizendo que foi injusto comigo não exprimo conclusão minha, mas a própria afirmação dos outros: eu sou

suspeito. O que parece é que me espanca. Enfim, é preciso que quando os amigos fazem um triunfo à gente (leia esta palavra em sentido modesto), haja alguém que nos ensine a virtude da humildade.”

Sempre dei grande valor a essa lição machadiana.

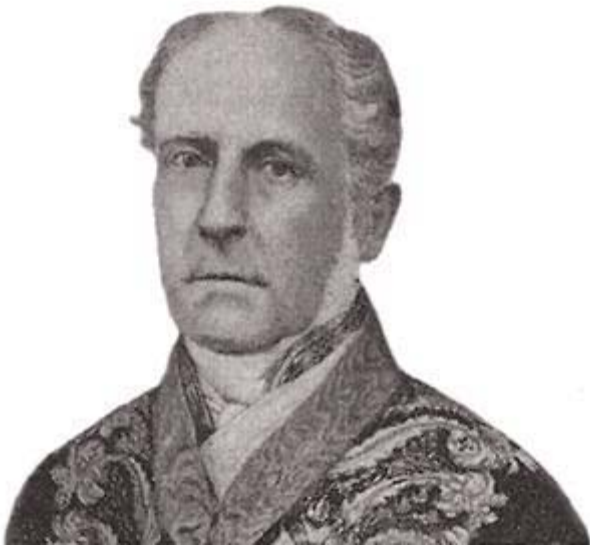
O VELHO SENADO

A PROPÓSITO de algumas litografias de Sisson, tive há dias uma visão do Senado de 1860. Visões valem o mesmo que a retina em que se operam. Um político, tornando a ver aquele corpo, acharia nele a mesma alma dos seus correligionários extintos, e um historiador colheria elementos para a História. Um simples curioso não descobre mais que o pitoresco do tempo e a expressão das linhas com aquele tom geral que dão as cousas mortas e enterradas.

Nesse ano entrara eu para a imprensa. Uma noite, como saíssemos do teatro Ginásio, Quintino Bocaiúva e eu fomos tomar chá. Bocaiúva era então uma gentil figura de rapaz, delgado, tez macia, fino bigode e olhos serenos. Já então tinha os gestos lentos de hoje, e um pouco daquele ar *distant* que Taine achou em Merimée. Disseram cousa análoga de Challemel-Lacour, que alguém, ultimamente, definia como *très républicain de conviction et très aristocrate de tempérament*. O nosso Bocaiúva era só a segunda parte, mas já então liberal bastante para dar um republicano convicto. Ao chá,

conversamos primeiramente de letras, e pouco depois de política, matéria introduzida por ele, o que me espantou bastante; não era usual nas nossas práticas. Nem é exato dizer que conversamos de política; eu antes respondia às perguntas que Bocaiúva me ia fazendo, como se quisesse conhecer as minhas opiniões. Provavelmente não as teria fixas nem determinadas; mas, quaisquer que fossem, creio que as exprimi na proporção e com a precisão apenas adequada ao que ele me ia oferecer. De fato, separamo-nos com prazo dado para o dia seguinte, na loja de Paula Brito, que era na antiga praça da Constituição, lado do teatro São Pedro, a meio caminho das ruas do Cano e dos Ciganos. Relevai esta nomenclatura morta; é vício de memória velha. Na manhã seguinte, achei ali Bocaiúva escrevendo um bilhete. Tratava-se do *Diário do Rio de Janeiro*, que ia reaparecer, sob a direção política de Saldanha Marinho. Vinha dar-me um lugar na redação, com ele e Henrique César Muzzio.

Estas minudências, agradáveis de escrever, sê-lo-ão menos de ler. É difícil fugir a elas, quando se recordam cousas idas. Assim, dizendo que no mesmo ano, abertas as câmaras, fui para o Senado, como redator do *Diário do Rio*, não posso esquecer que nesse ou no outro ali estiveram comigo Bernardo Guimarães, representante do *Jornal do Comércio*, e Pedro Luís, por parte do *Correio Mercantil*, nem as boas horas que vivemos os três. Posto que Bernardo Guimarães fosse mais velho que nós, partíamos igualmente o pão da intimidade.



Marquês de Abrantes



Marquês do Paraná

Descíamos juntos aquela praça da Aclamação, que não era então o parque de hoje, mas um vasto campo, inculto e vazio, como o campo de S. Cristóvão. Algumas vezes íamos jantar a um restaurante da rua dos Latoeiros, hoje Gonçalves Dias, nome este que se lhe deu por indicação justamente do *Diário do Rio*; o poeta morara ali outrora, e foi Muzzio, seu amigo, quem pela nossa folha o pediu à Câmara Municipal. Pedro Luís não tinha só a paixão que pôs nos belos versos à Polônia e no discurso com que, pouco depois, entrou na Câmara dos Deputados, mas ainda a graça, o sarcasmo, a observação fina e aquele largo riso em que os grandes olhos se faziam maiores. Bernardo Guimarães não falava nem ria tanto, incumbia-se de pontuar o diálogo com um bom dito, um reparo, uma anedota. O Senado não se prestava menos que o resto do mundo à conversação dos três amigos.

Poucos membros restarão da velha casa. Paranguá e Sinimbu carregam o peso dos anos com muita facilidade e graça, o que ainda mais admira em Sinimbu, que suponho mais idoso. Ouvei falar a este bastantes vezes; não apaixonava o debate, mas era simples, claro, interessante, e, fisicamente, não perdia a linha. Esta geração conhece a firmeza daquele homem político, que mais tarde foi presidente do Conselho e teve de lutar com oposições grandes. Um incidente dos últimos anos mostrará bem a natureza dele. Saindo da Câmara dos Deputados para a Secretaria da Agricultura, com o Visconde de Ouro Preto,

colega de gabinete, eram seguidos por enorme multidão de gente em assuada. O carro parou em frente à secretaria; os dous apearam-se e pararam alguns instantes, voltados para a multidão, que continuava a bradar e apupar, e então vi bem a diferença dos dois temperamentos. Ouro Preto fitava-a com a cabeça erigida e certo gesto de repto; Sinimbu parecia apenas mostrar ao colega um trecho de muro, indiferente. Tal era o homem que conheci no Senado.

Para avaliar bem a minha impressão diante daqueles homens que eu via ali juntos, todos os dias, é preciso não esquecer que não poucos eram os contemporâneos da Maioridade, alguns da Regência, do Primeiro Reinado e da Constituinte. Tinham feito ou visto fazer a história dos tempos iniciais do regime, e eu era um adolescente espantado e curioso. Acha-valhes uma feição particular, metade militante, metade triunfante, um pouco de homens, outro pouco de instituição. Paralelamente, iam-me lembrando os apodos e chufas que a paixão política desferira contra alguns deles, e sentia que as figuras serenas e respeitáveis que ali estavam agora naquelas cadeiras estreitas não tiveram outrora o respeito dos outros, nem provavelmente a serenidade própria. E tira-valhes as cãs e rugas, e fazia-os outra vez moços, árdegos e agitados. Comecei a aprender a parte do presente que há no passado, e vice-versa. Trazia comigo a *oligarquia*, o *golpe de estado de 1848*, e outras notas da política em oposição ao domínio conservador, e



Marquês de Paranaguá



Visconde do Rio Branco

ao ver os cabos deste partido, risonhos, familiares, gracejando entre si e com os outros, tomando juntos café e rapé, perguntava a mim mesmo se eram eles que podiam fazer, desfazer e refazer os elementos e governar com mão de ferro este país.

Os senadores compareciam regularmente ao trabalho. Era raro não haver sessão por falta de *quorum*. Uma particularidade do tempo é que muitos vinham em carruagem própria, como Zacarias, Monte Alegre, Abrantes, Caxias e outros, começando pelo mais velho, que era o marquês de Itanhaém. A idade deste fazia-o menos assíduo, mas ainda assim era-o mais do que cabia esperar dele. Mal se podia apear do carro, e subir as escadas; arrastava os pés até à cadeira, que ficava do lado direito da mesa. Era seco e mirrado, usava cabeleira e trazia óculos fortes. Nas cerimônias de abertura e encerramento agravava o aspecto com a farda de senador. Se usasse barba, poderia disfarçar o chupado e engelhado dos tecidos, a cara raspada acentuava-lhe a decrepitude; mas a cara raspada era o costume de outra quadra, que ainda existia na maioria do Senado. Uns como Nabuco e Zacarias, traziam a barba toda feita; outros deixavam pequenas suíças, como Abrantes e Paranhos, ou, como Olinda e Eusébio, a barba em forma de colar; raros usavam bigodes, como Caxias e Montezuma – um Montezuma de segunda maneira.

A figura de Itanhaém era uma razão visível contra a vitaliciedade do Senado, mas é também certo que a vi-

taliciedade dava àquela casa uma consciência de duração perpétua, que parecia ler-se no rosto e no trato dos seus membros. Tinham um ar de família, que se dispersava durante a estação calmosa, para ir às águas e outras diversões, e que se reunia depois, em prazo certo, anos e anos. Alguns não tornavam mais, e outros novos apareciam; mas também nas família se morre e nasce. Dissentiam sempre, mas é próprio das famílias numerosas brigarem, fazerem as pazes e tornarem a brigar; parece até que é a melhor prova de estar dentro da humanidade. Já então se invocavam contra a vitaliciedade do Senado os princípios liberais, como se fizera antes. Algumas vozes, vibrantes cá fora, calavam-se lá dentro, é certo, mas o gérmen da reforma ia ficando, os programas o acolhiam, e, como em vários outros casos, os sucessos o fizeram lei.

Nenhum tumulto nas sessões. A atenção era grande e constante. Geralmente, as galerias não eram frequentadas, e para o fim da hora, poucos expectadores ficavam, alguns dormiam. Naturalmente a discussão do voto de graças e outras chamavam mais gente. Nabuco e algum outro dos principais da casa gozavam do privilégio de atrair grande auditório, quando se sabia que eles rompiam um debate ou respondiam a um discurso. Nestas ocasiões mui excepcionalmente, eram admitidos ouvintes no próprio salão do Senado, como aliás era comum na Câmara temporária; como nesta, porém, os expectadores não intervinham com aplausos nas discussões. A presidência de Abaeté redobrou a disciplina



Visconde de Abaeté



Sinimbu

do regimento, porventura menos apertada no tempo da presidência de Cavalcanti.

Não faltavam oradores. Uma só vez ouvi falar a Eusébio de Queirós, e a impressão que me deixou foi viva; era fluente, abundante, claro, sem prejuízo do vigor e da energia. Não foi discurso de ataque, mas de defesa; falou na qualidade de chefe do Partido Conservador, ou *papa*; Itaboraí, Uruguai, Saião Lobato e outros eram *cardeais* e todos formavam o *consistório*, segundo a célebre definição de Otaviano no *Correio Mercantil*. Não reli o discurso, não teria agora tempo nem oportunidade de fazê-lo; mas estou que a impressão não haveria diminuído muito, posto lhe falte o efeito da própria voz do orador, que seduzia. A matéria era sobretudo ingrata: tratava-se de explicar e defender o acúmulo dos cargos públicos, acusação feita na imprensa da oposição. Era a tarde da oligarquia, o crepúsculo do domínio conservador. As eleições de 1860, na capital, deram o primeiro golpe na situação; se também deram o último, não sei; os partidos nunca se entenderam bem acerca das causas imediatas da própria queda ou subida, salvo no ponto de serem alternadamente a violação ou a restauração da carta constitucional. Quaisquer que fossem, então, a verdade é que as eleições da capital naquele ano podem ser contadas como uma vitória liberal. Elas trouxeram à minha imaginação adolescente uma visão rara e especial do poder das urnas. Não cabe inseri-la aqui; não direi o movimento geral e o calor sincero dos votantes, inci-

tados pelos artigos da imprensa e pelos discursos de Teófilo Ottoni, nem os lances, cenas e brados de tais dias. Não me esqueceu a maior parte deles; ainda guardo a impressão que me deu um obscuro votante que veio ter com Ottoni, perto da matriz do Sacramento. Ottoni não o conhecia, nem sei se o tornou a ver. Ele chegou-se-lhe e mostrou-lhe um maço de cédulas, que acabava de tirar às escondidas da algibeira de um agente contrário. O riso que acompanhou esta notícia nunca mais se me apagou da memória. No meio das mais ardentes reivindicações deste mundo, alguma vez me despontou ao longe aquela boca sem nome, acaso ali viera confessar candidamente, e sem outro prêmio pessoal, o fino roubo praticado. Não mofes dessa insistência pueril da minha memória; eu a tempo advirto que as mais claras águas podem levar de enxurro alguma palha podre, – se é que é podre, se é que é mesmo palha.

Eusébio de Queirós era justamente respeitado dos seus e dos contrários. Não tinha a figura esbelta de um Paranhos, mas ligava-se-lhe uma história particular e célebre, dessas que a crônica social e política de outros países escolhe e examina, mas que os nossos costumes, – aliás demasiado soltos na palestra, – não consentem inserir no escrito. De resto, pouco valeria repetir agora o que se divulgava então, não podendo pôr aqui a própria e extremada beleza da pessoa que as ruas e salas desta cidade viram tantas vezes. Era alta e robusta; não me ficaram outros pormenores.



Marquês de Monte Alegre



Teófilo Ottoni

O Senado contava raras sessões ardentes; muitas, porém, eram animadas. Zacarias fazia reviver o debate pelo sarcasmo e pela presteza e vigor dos golpes. Tinha a palavra cortante, fina e rápida, com uns efeitos de sons naturais, que a tornavam mais penetrante e irritante. Quando ele se erguia, era quase certo que faria deitar sangue a alguém. Chegou até hoje a reputação de *debater*, como opositorista, e como ministro e chefe de Gabinete. Tinha audácias, como a da escolha “não acertada”, que a nenhum outro acudiria, creio eu. Politicamente era uma natureza seca e sobranceira. Um livro que foi de seu uso, uma história de Clarendon (*History of the rebellion and civil wars in England*), marcado em partes, a lápis encarnado, tem uma sublinha nas seguintes palavras (vol. I pág. 44) atribuídas ao conde de Oxford, em resposta ao duque de Buckingham, “que não buscava a sua amizade nem temia o seu ódio”. É arriscado ver sentimentos pessoais nas simples notas ou lembranças postas em livros de estudo; mas aqui parece que o espírito de Zacarias achou o seu parceiro. Particularmente, ao contrário, e desde que se inclinasse a alguém, convidava fortemente a amá-lo; era lhan e simples, amigo e confiado. Pessoas que o freqüentavam dizem e afirmam que, sob as suas árvores da rua do Conde ou entre os seus livros, era um gosto ouvi-lo, e raro haverá esquecido a graça e a polidez dos seus obséquios. No Senado, sentava-se à esquerda da mesa, ao pé da janela, abaixo de Nabuco, com quem trocava os seus reparos e reflexões. Nabuco,

outra das principais vozes do Senado, era especialmente orador para os debates solenes. Não tinha o sarcasmo agudo de Zacarias, nem o epigrama alegre de Cotegipe. Era então o centro dos conservadores moderados que, com Olinda e Zacarias, fundaram a liga e os partidos progressistas e liberal. Joaquim Nabuco, com a eloquência de escritor político e a afeição de filho, dirá toda essa história no livro que está consagrando à memória de seu ilustre pai. A palavra do velho Nabuco era moderada pelos oradores da tribuna liberal francesa. A minha impressão é que preparava os seus discursos, e a maneira por que os proferia realçava-lhes a matéria e a forma sólida e brilhante. Gostava das imagens literárias: uma dessas, a comparação do poder moderador à estátua de Glauco, fez então fortuna. O gesto não era vivo como o de Zacarias, mas pausado, o busto cheio era tranqüilo, e a voz adquiria uma sonoridade que habitualmente não tinha.

Mas eis que todas as figuras se atropelam na evocação comum, as de grande peso, como Uruguai, com as de pequeno ou nenhum peso, como o padre Vasconcelos, senador creio que pela Paraíba, um bom homem que ali achei e morreu pouco depois. Outro, que se podia incluir nessa segunda categoria, era um de quem só me lembram duas circunstâncias, as longas barbas grisalhas e sérias, e a cautela e pontualidade com que não votava os artigos de uma lei sem ter os olhos pregados em Itaboraí. Era um



Francisco Jê Acaiaba de Montezuma



Marquês de Olinda

modo de cumprir a fidelidade política e obedecer ao chefe, que herdara o bastão de Eusébio. Como o recinto era pequeno, viam-se todos esses gestos, e quase se ouviam todas as palavras particulares. E, conquanto fosse assim pequeno, nunca vi rir a Itaboraí – creio que os seus músculos dificilmente ririam – o contrário de S. Vicente, que ria com facilidade, um riso bom, mas que lhe não ia bem. Quaisquer que fossem, porém, as deselegâncias físicas do senador por S. Paulo, e malgrado a palavra sem sonoridade, era ouvido com grande respeito, como Itaboraí. De Abrantes dizia que era um canário falando. Não sei até que ponto merece a definição; em verdade, achava-o fluente, acaso doce, e, para um povo mavioso como o nosso, a qualidade era preciosa; nem por isso Abrantes era popular. Também não o era Olinda, mas a autoridade deste sabe-se que era grande. Olinda aparecia-me envolvido na aurora remota do reinado, e na mais recente aurora liberal ou “situação nascente”, mote de um dos chefes da liga, penso que Zacarias, que os conservadores glosaram por todos os feitos, na tribuna e na imprensa. Mas não deslizemos a reminiscências de outra ordem; fiquemos na surdez de Olinda, que competia com Beethoven nesta qualidade, menos musical que política. Não seria tão surdo. Quando tinha que responder a alguém, ia sentar-se ao pé do orador, e escutava atento, cara de mármore, sem dar um aparte, sem fazer um gesto, sem tomar uma nota. E a resposta vinha logo; tão

depressa o adversário acabava, como ele principiava, e, ao que me ficou, lúcido e completo.

Um dia vi ali aparecer um homem alto, suíças e bigodes brancos e compridos. Era um dos remanescentes da Constituinte, nada menos que Montezuma, que voltava da Europa. Foi-me impossível reconhecer naquela cara barbada a cara raspada que eu conhecia da litografia de Sisson; pessoalmente nunca o vira. Era, muito mais que Olinda, um tipo de velhice robusta. Ao meu espírito de rapaz afigurava-se que ele trazia ainda os rumores e os gestos da assembléia de 1823. Era o mesmo homem; mas foi preciso ouvi-lo agora para sentir toda a veemência dos seus ataques de outrora. Foi preciso ouvir-lhe a ironia de hoje para entender a ironia daquela retificação que ele pôs ao texto de uma pergunta ao ministro do Império, na célebre sessão permanente de 11 a 12 de novembro: “Eu disse que o Sr. Ministro do Império, por estar ao lado de Sua Majestade, melhor conhecerá o espírito da tropa, e um dos senhores secretários escreveu o espírito de Sua Majestade, quando não disse tal, *porque deste não duvido eu.*”

Agora o que eu mais ouvia dizer dele, além do talento, eram as suas infidelidades, e sobre isto corriam anedotas; mas eu nada tenho com anedotas políticas. Que se não pudesse fiar muito em seus carinhos parlamentares, creio. Uma vez, por exemplo, encheu a alma de Sousa Franco de grandes aleluias. Querendo criticar o ministro da Fazenda (não me



Visconde do Uruguai



Eusébio de Queirós

lembra quem era) começou por afirmar que nunca tivéramos ministros da Fazenda, mas tão-somente ministros do Tesouro. Encarecia com adjetivos: excelentes, ilustrados, conspícuos ministros do Tesouro, mas da Fazenda nenhum. “Um houve, Sr. Presidente, que nos deu alguma coisa do que deve ser um Ministro da Fazenda; foi o nobre senador pelo Pará.” E Sousa Franco sorria alegre, deleitava-se com a exceção, que devia doer ao seu forte rival em finanças, Itaboraí; não passou muito tempo que perdesse o gosto. De outra vez, Montezuma atacava a Sousa Franco, e este novamente sorria, mas agora a expressão não era alegre, parecia rir de desdém. Montezuma empina o busto, encara-o irritado, e com a voz e o gesto intima-lhe que recolha o riso; e passa a demonstrar as suas críticas, uma por uma, com esta espécie de estribilho: “Recolha o riso o nobre senador!” Tudo isto aceso e torvo. Sousa Franco quis resistir; mas o riso recolheu-se por si mesmo. Era então um homem magro e cansado. Gozava ainda agora a popularidade ganha na Câmara dos Deputados, anos antes, pela campanha que sustentou, sozinho e parece que enfermo, contra o Partido Conservador.

Contrastando com Sousa Franco, vinha a figura de Paranhos, alta e forte. Não é preciso dizê-lo a uma geração que o conheceu e admirou, ainda belo e robusto na velhice. Nem é preciso lembrar que era uma das primeiras vozes do Senado. Eu trazia de cor as palavras que alguém me confiou haver dito, quando ele

era simples estudante da Escola Central: “Sr. Paranhos, você ainda há de ser ministro.” O estudante respondia modestamente, sorrindo; mas o profeta dos seus destinos tinha apanhado bem o valor e a direção da alma do moço.

Muitas recordações me vieram do Paranhos de então, discursos de ataque, discursos de defesa; mas uma basta, a justificação do convênio de 20 de fevereiro. A notícia deste ato entrou no Rio de Janeiro, como as outras desse tempo, em que não havia telégrafo. Os sucessos do exterior chegavam-nos a braçadas, por atacado, e uma batalha, uma conspiração, um ato diplomático eram conhecidos com todos os seus pormenores. Por um paquete do Sul soubemos do convênio da vila da União. O pacto foi mal recebido, fez-se uma manifestação de rua, e um grupo de populares, com três ou quatro chefes à frente, foi pedir ao governo a demissão do plenipotenciário. Paranhos foi demitido, e, aberta a sessão parlamentar, cuidou de produzir sua defesa.

Tornei a vê-lo naquele dia, e ainda agora me parece vê-lo. Galerias e tribunas estavam cheias de gente; ao salão do Senado foram admitidos muitos homens políticos ou simplesmente curiosos. Era uma hora da tarde quando o presidente deu a palavra ao senador por Mato Grosso; começava a discussão do voto de graças. Paranhos costumava falar com moderação e pausa; firmava os dedos, erguia-os para o gesto lento e sóbrio, ou então para chamar os punhos



Nabuco de Araújo



Visconde de Itaboraí

da camisa, e a voz ia saindo meditada e colorida. Naquele dia, porém, a ânsia de produzir a defesa era tal que as primeiras palavras foram antes bradadas que ditas: “Não a vaidade, Sr. Presidente...” Daí a um instante a voz tornava ao diapásão habitual, e o discurso continuou como nos outros dias. Eram nove horas da noite, quando ele acabou; estava como no princípio, nenhum sinal de fadiga nele nem no auditório, que o aplaudiu. Foi uma das mais fundas impressões que me deixou a eloqüência parlamentar. A agitação passara com os sucessos, a defesa estava feita. Anos depois do ataque, essa mesma cidade aclamava o autor da lei de 28 de setembro de 1871, como uma glória nacional; e ainda depois, quando ele tornou da Europa, foi recebê-lo e conduzi-lo até à casa. Ao clarão de um belo sol, rubro de comoção, levado pelo entusiasmo público, Paranhos seguia as mesmas ruas que, anos antes, voltando do Sul, pisara sozinho e condenado.

A visão do Senado, foi-se-me assim alterando nos gestos e nas pessoas, como nos dias, e sempre remota e velha: era o Senado daqueles três anos. Outras figuras vieram vindo. Além dos cardeais, os Muritibas, os Sousa e Melos, vinham os de menor graduação política, o risonho Pena, zeloso e miúdo em seus discursos, o Jobim, que falava algumas vezes, o Ribeiro, do Rio Grande do Sul, que não falava nunca, – não me lembra, ao menos. Este, filósofo e filólogo, tinha junto a si, no tapete, encostado

ao pé da cadeira, um exemplar do dicionário de Moraes. Era comum vê-lo consultar um ou outro tomo, no decorrer de um debate, quando ouvia algum vocábulo, que lhe parecia de incerta origem ou duvidosa aceitação. Em contraste com a abstenção dele, eis aqui outro, Silveira da Mota, assíduo na tribuna, opositor por temperamento, e este outro, D. Manuel de Assis Mascarenhas, bom exemplo da geração que acabava. Era um homenzinho seco e baixo, cara lisa, cabelo raro e branco, tenaz, um tanto impertinente, creio que desligado de partidos. Da sua tenacidade dará idéia o que lhe vi fazer em relação a um projeto de subvenção ao teatro lírico, por meio de loterias. Não era novo; continuava o de anos anteriores. D. Manuel opunha-se, por todos os meios, à passagem dele, e fazia extensos discursos. A Mesa, para acabar com o projeto, já o incluía entre os primeiros na ordem do dia, mas nem assim desanimava o senador. Um dia foi ele colocado antes de nenhum, D. Manuel pediu a palavra, e francamente declarou que era seu intuito falar toda a sessão; portanto, aqueles de seus colegas que tivessem algum negócio estranho e fora do Senado podiam retirar-se: não se discutiria mais nada. E falou até o fim da hora, consultando a miúdo o relógio para ver o tempo que lhe ia faltando. Naturalmente não haveria muito que dizer em tão escassa matéria; mas a resolução do orador e a liberdade do regimento davam-lhe meio de compor o discurso. Daí nascia uma infinidade de episódios,



Barão de Muritiba



Saião Lobato

reminiscências, argumentos e explicações; por exemplo, não era recente a sua aversão às loterias; vinha do tempo em que, andando a viajar, foi ter a Hamburgo; ali ofereceram-lhe com tanta instância um bilhete de loteria, que ele foi obrigado a comprar, e o bilhete saiu branco. Esta anedota era contada com todas as minúcias necessárias para ampliá-la. Uma parte do tempo falou sentado, e acabou diante da mesa e três ou quatro colegas. Mas, imitando assim Catão, que também falou o dia inteiro para impedir uma petição de César, foi menos feliz que o seu colega romano. César retirou a petição, e aqui as loterias passaram, não me lembra se por fadiga ou omissão de D. Manuel; anuência é que não podia ser. Tais eram os costumes do tempo.

E após ele vieram outros, e ainda outros, Sapucaí, Maranguape, Itaúna, e outros mais, até que se confundiram todos e desapareceu tudo, cousas e pessoas, como sucede às visões. Pareceu-me vê-los enfiar pôr um corredor escuro, cuja porta era fechada por um homem de capa preta, meias de seda preta, calções pretos e sapatos de fivela. Este era nada menos que o próprio porteiro do Senado, vestido segundo as praxes do tempo, nos dias de abertura e encerramento da assembléia geral. Quanta cousa obsoleta! Alguém ainda quis obstrar à ação do porteiro, mas tinha o gesto tão cansado e vago-roso que não alcançou nada; aquele deu volta à chave, envolveu-se na capa, saiu por uma das jane-

las e esvaiu-se no ar, a caminho de algum cemitério, provavelmente. Se valesse a pena saber o nome do cemitério, iria eu catá-lo, mas não vale; todos os cemitérios se parecem.

CRÔNICA DE
1 DE NOVEMBRO DE 1861

O QUE há de política? É a pergunta que naturalmente ocorre a todos, e a que me fará o meu leitor, se não é ministro. O silêncio é a resposta. Não há nada, absolutamente nada. A tela da atualidade política é uma paisagem uniforme; nada a perturba, nada a modifica. Dissera-se um país onde o povo só sabe que existe politicamente quando ouve o fisco bater-lhe à porta.

O que dá razão a este marasmo? Causas gerais e causas especiais. Foi sempre princípio do nosso governo aquele fatalismo que entrega os povos orientais de mãos atadas às eventualidades do destino. O que há de vir, há de vir, dizem muitos ministros, que, além de acharem o sistema cômodo, por amor da indolência própria, querem também pôr a culpa dos maus acontecimentos nas costas da entidade invisível e misteriosa, a que atribuem tudo.

Dizem, é verdade, que há tal ministro que, adotando politicamente aquele princípio, descrê da sua legitimidade quando se trata da sua pessoa, e que, longe

de esperar que a chuva lhe traga água, vai à própria fonte buscar com que estancar a sede. O leitor vê bem o que há de profundamente injurioso em semelhante proposição, e facilmente compreenderá o sentimento que me leva a não insistir neste ponto.

Mas, seja ou não assim, o que nos importa saber é que os nossos governos são, salvas as devidas exceções, mais fatalistas que um turco da velha raça. Seria este Ministério uma exceção? Não; tudo nele indica a filiação que o liga intimamente aos da boa escola. É um ministério-modelo; vive do expediente e do aviso; pouco se lhe dá do conteúdo do ofício, contanto que tenha observado na confecção dele as fórmulas tabelioas; dorme à noite com a paz na consciência, uma vez que de manhã tenha assinado o ponto na secretaria.

Está dada a razão por que subiu no meio das anti-fonas e das orações dos amigos, apesar dos travos de fel com que alguns quiseram fazer-lhe amargar a taça do poder. Diziam estes: “É um Ministério medíocre”; mas, por Deus, por isso mesmo é que é sublime! Em nosso país a vulgaridade é um título, a mediocridade um brasão; para os que têm a fortuna de não se alarem além de uma esfera comum é que nos fornos do Estado se coze e tosta o apetitoso pão-de-ló, que é depois repartido por eles, para a glória de Deus e da pátria. Vai nisto um sentimento de caridade, ou, direi mesmo, um princípio de eqüidade e de justiça. Por toda a parte cabem as ragalias às inteligências que se



D. Manuel de Assis Mascarenhas



Sousa e Melo

aferem por um padrão superior; é bem que os que se não acham neste caso tenham o seu quinhão em qualquer ponto da Terra. E dão-lho grosso e succulento, a bem de se lhes pagar as injúrias recebidas da civilização.

Não se admire, portanto, o leitor se não lhe dou notícias políticas. Política, como eu e meu leitor entendemos, não há. E devia agora exigir-se de um melero o alcance do olhar da águia e o rasgado do seu vôo? Além de ilógico fora a crueldade. Estamos muito bem assim; demais, não precisa o Império de capricórnio.

É sob a gerência deste Ministério que vai efetuar-se em nossa capital uma festa industrial, a exposição de 2 de dezembro.

Se o leitor acompanhou as discussões do Senado este ano, deve lembrar-se que quase no fim da sessão o senhor Senador Pena, que ali ejaculou alguns discursos *notáveis*, entre eles o dos pesos e medidas do Sr. Manuel Felizardo, levantou-se e pediu a opinião do senhor ministro do Fomento acerca da conveniência de representar o Brasil na próxima exposição de Londres. O Sr. Ministro, que por uma coincidência, que não passou despercebida, havia previsto os sentimentos do honrado senador, levantou-se e declarou que já havia pensado nisso, e que dentro de quatro dias tinham de aparecer as instruções regulamentares das exposições parciais no Brasil, para delas ex-

trair-se o melhor, e enviar-se à exposição de Londres. Portanto, os dois heróis da exposição são os Srs. Pena e o ministro do Fomento, a quem, em minha opinião, devem ser conferidas as primeiras medalhas, a não ser que se olhe como prêmio comemorativo a presidência de Mato Grosso e as ajudas de custo, que, por eleição do sagrado concílio, couberam ao Sr. Herculano Pena. Em todo o caso há uma dívida contraída com o Sr. ministro do Fomento.

As instruções apareceram, um pouco sibilinas e indigestas, como salada mal preparada, mas dignas do ministro e do Ministério. E imediatamente as ordens se expediram, com uma presteza cuja raridade não posso deixar de comemorar, e em toda a parte se preparam a esta hora as exposições parciais.

A da Corte tem lugar no dia 2 de dezembro, no edificio da escola central. A decoração está a cargo do Sr. Dr. Lagos, que é um dos mais importantes expositores. Disse-me alguém que àquele nosso distinto patricio se entregou uma soma fabulosa...*mente* mesquinha, o que é realmente digno de censura, se não atendermos à divisa do Ministério, e a que é impossível fazer uma exposição e ao mesmo tempo mandar uma jovem comissão estudar à Europa os sistemas postais. A exposição é uma coisa bonita; mas há muito moço que ainda não foi a Paris, e é preciso não deixar que esses belos espíritos morram abafados pela nossa atmosfera brasileira. Ora, a economia...



Francisco Otaviano



Barão de Cotegipe

A exposição corresponderá aos esforços dos seus diretores, se a atenção pública não for desviada pela nova obra *Ensino Praxedes*, de que dá notícia a folha oficial. É um novo método de ensino, fundado sobre a filosofia do A B C. Ouço já o meu sôfrego leitor perguntar-me o que é filosofia do A B C. Eu ainda não li o precioso livro; mas diz-me um boticário, que o folheou entre duas receitas, que essa filosofia cifra-se em demonstrar que não há entre as letras do alfabeto a diferença que geralmente supõe-se, e que o A e o G se parecem como duas gotas de água. Talvez o meu leitor não ache muito clara a identidade; mas é aí que está a sutileza do novo método.

Ocorre-me lembrar uma coisa. Este livro deve figurar na exposição de Londres. Ali se reserva uma sala para a exposição de planos, livros e métodos pedagógicos de ensino primário. Vê-se que o novo *Ensino* está correndo para lá como um rio para o mar.

A matéria do ensino é grave e profunda; não se deve perder material algum que possa servir à organização da instrução pública, como ela deve ser feita. Ora, compreende-se bem que o sistema do *Ensino Praxedes* vem dar um grande avanço, porque, se pela analogia, ou antes identidade dos caracteres, chegamos a converter o alfabeto em uma só letra, é evidente que teremos feito mais do que todos os que têm estudado e desenvolvido a matéria, e, se é dado crismar o novo método, proponho que se desdenhe o título de

método-vapor, e que se lhe dê o que lhe compete, *método-elétrico*.

A obrigação de comentar leva-me a fazer transições bruscas; por isso passo sem preâmbulo do novo livro à oferta que por parte de alguns amigos e admiradores acaba de ser feita ao Sr. Dr. Pinheiro Guimarães, autor do drama *História de uma moça rica*.

Afirmo que o leitor, se não é beato, está tão convencido como eu da justiça daquela oferta. Ela significa, além disso, um desmentido solene às censuras que, em mal da composição do novo dramaturgo, haviam levantado os que sentem em si a alma daquele herói de Molière que *pecava em silêncio e se acomodava com o Céu*.

As palmas que acompanharam a entrega da coroa ao Sr. Dr. Pinheiro Guimarães confirmaram ainda uma vez a boa opinião que nos espíritos desprevenidos e sinceramente amantes das letras, tem criado o poeta. Estou certo de que elas valem mais que a alma devota dos censores.

Tem outro alcance a coroa do autor da *História de uma moça rica*; é um incentivo à mocidade laboriosa, que, vendo assim aplaudidas e festejadas as composições nacionais, não se deixará ficar no escuro, e virá cada operário por sua vez enriquecer com um relevo o monumento da arte e da literatura.



Zacarias de Góis e Vasconcelos



Marquês de Sapucaí

A nossa capital tem sido visitada por mais de um mágico, e sem dúvida está ainda fresca a impressão que produziu o distinto Hermann, que fazia coisas com aquelas bentas mãos de pôr a gente a olhar ao sinal. No tempo em que Hermann divertia a curiosidade infantil do nosso povo, chegou aqui um colega, que, reconhecendo não poder competir com tão distinto mestre, resolveu esperar melhores dias, e foi exercer a sua arte pelo interior.

Agora aparece ele, o Sr. Filipe, filho de um mágico célebre de Paris. Trabalha com destreza e habilidade, e faz passar ao espectador algumas horas de verdadeira satisfação. Se o meu leitor quiser verificá-lo deve ir ao Ginásio sempre que o Sr. Filipe trabalhar.

Efetua-se hoje à tarde a grande regata de que falei em um dos meus “Comentários” passados, e cujo programa as fôlhas publicaram ontem.

Ao que parece, o divertimento será em regra, e amadores e espectadores terão uma tarde deliciosa a passar. Compreende-se bem que os ingleses se distraíam das suas graves preocupações para tomar parte ou presenciar uma regata, hoje que o divertidíssimo soco-inglês é punido pelas leis da Grã-Bretanha. Vejam se não excita a fibra ver quatro escaleres rasgando com as quilhas cortadoras o seio de um mar calmo e azul, e os remeiros, com o estímulo e o entusiasmo nos olhos, empregando toda a perícia, a

ver quem primeiro chega ao termo da carreira, que é a terra da promessa!

Diga-se o que se quiser dos ingleses, mas confesse-se que nesta predileção pela regata e outros divertimentos do mesmo gênero mostram eles que Deus também os dotou da bossa do bom gosto. Honra àqueles graves insulares!

Os moços que hoje tomam parte na regata são pela maior parte oficiais da nossa jovem marinha, mas entram no divertimento, franceses e ingleses que não deviam faltar a ele. A festa é, portanto, completa, e desta vez é deveras uma regata, pois que os escaleres devem correr próximos à praia, para que todos possam ver.

Depois da festa do mar, vem a festa dos cemitérios, a comemoração dos mortos, piedosa romagem que a população faz às pequenas e solitárias necrópoles, onde repousam os restos do irmão, do pai, do consorte, da mãe e do amigo.

É uma peregrinação imponente. Os romeiros vão de luto orar pelos que repousam no último jazigo, e derramar à vista de todos as lágrimas da saudade e da tristeza. É esta uma das práticas dos povos cristãos que mais impressiona a alma do homem verdadeiramente religioso, embora a vaidade humana macule, como acontece em todas as coisas da vida, a grave e melancólica cerimônia, com as suas suntuosas distinções.



Silveira da Mota

Dizem os que têm visitado a antiga cidade de Constantino que há uma grande diferença entre um cemitério turco e um cemitério cristão. Aquele não inspira o sentimento que se experimenta quando se entra neste. O turco entrelaça a morte à vida, de modo que não se passeia com terror ou melancolia entre duas alas de túmulos. A razão desta diferença parece estar na própria religião. O que quereis que seja a morte para um povo a quem se promete na eternidade a eternidade dos gozos mais voluptuosos que a imaginação mais viva pode imaginar? Esse povo, que vive no requinte dos prazeres materiais, só entende o que lhe fala aos sentidos, e considera bem-aventurados os que morreram, que já gozam ou estão perto de gozar os prazeres prometidos pelo Profeta.

Mas, filosoficamente, terão razão eles ou nós filhos da igreja cristã? Há razão para ambas as partes, e cumpre acatar os sentimentos alheios, para que não desrespeitem os nossos.

Gil

CRÔNICA DE
13 DE DEZEMBRO DE 1896

O Senado deixou suspensa a questão do *veto* do prefeito acerca do imposto sobre companhias de teatro. Não falaria nisto se não se tratasse de arte em que a política não penetra, – ao menos que se veja. Se penetra, é pelos bastidores; ora, eu sou público, só me regulo pela sala.

Houve debate à última hora, esta semana, e debate, não direi encarniçado, para não gastar uma palavra que me pode servir em caso mais agudo... Não, eu não sou desses perdulários que, porque um homem diverge no corte do colete, chama-lhe logo bandido; eu poupo as palavras. Digamos que o debate foi vigoroso.

Não sei se conheceis o negócio. O que eu pude alcançar é que havia uma lei taxando fortemente as companhias estrangeiras; esta lei foi revogada por outra que manda igualar as taxas das estrangeiras e das nacionais; mas logo depois resolveu o conselho municipal que fosse cumprida uma lei anterior à primeira... Aqui é que eu não sei bem se a lei restaurada

apenas levanta as taxas sem desigualá-las, ou se as torna outra vez desiguais. Além de não estar claro no debate, sucede que na publicação dos discursos há o uso de imprimir entre parêntesis a palavra *lê* quando o orador lê alguma cousa. Para as pessoas que estão na galeria, é inútil trazer o que o orador leu, porque essas ouviram tudo; mas como nem todos os contribuintes estão na galeria, (ao contrário!) a consequência é que a maior parte fica sem saber o que é que se leu, e portanto sem perceber a força da argumentação, isto com prejuízo dos próprios oradores. Por exemplo, um orador, X..., refuta a outro, Y...:

“X... e pergunto eu, V. Ex^a pode admitir que o documento de que se trata afirme o que o governo do Estado alega? Ouça V. Ex^a. Aqui está o primeiro trecho, o trecho célebre. (*Lê*) Não há aqui o menor vestígio de afirmação...

“Y... Perdão, leia o trecho seguinte.

“X... O seguinte? Ainda menos. (*Lê*) Não há nada mais vago. O governador expedira o decreto, cujo art. 4º não oferece a menor dúvida; basta lê-lo. (*Lê*) Depois disto, que concluir, senão que o governador tinha o plano feito? Querem argumentar, Sr. Presidente, com o § 7º do art. 6º; mas essa disposição é um absurdo jurídico. Ouça a câmara. (*Lê*)

“Vozes: Oh! Oh!”



Sousa Franco



Duque de Caxias

Não há dúvida que este uso economiza papel de impressão e tempo de copiar; mas eu, contribuinte e eleitor, não gosto de economias na publicação dos debates. Uma vez que estes se imprimem, é indispensável que saiam completos para que eu os entenda. Posso ser paralítico, preguiçoso, morar fora, e tenho o direito de saber o que é que se lê nas câmaras. Se algum membro ou ex-membro do Congresso me lê, espero que providenciará de modo que, para o ano, eu possa ler o que se ler, sem ir passar os meus dias na galeria do Congresso.

Como ia dizendo, não tenho certeza do que é a lei municipal restaurada; mas para o que vou dizer é indiferente. O que deduzi do debate é que há duas opiniões: uma que entende deverem ser as companhias estrangeiras fortemente taxadas, ao contrário das nacionais, outra que quer a igualdade dos impostos. A primeira funda-se na conveniência de desenvolver a arte brasileira, animando os artistas nacionais que aqui labutam todo o ano, seja de inverno, seja de verão. A segunda, entendendo que a arte não tem pátria, alega que as companhias estrangeiras, além de nos dar o que as outras não dão, têm de fazer grandes despesas de transportes, pagar ordenados altos e não convém carregar mais as respectivas taxas. Tal é o conflito que ficou suspenso.

Eu de mim creio que ambas as opiniões erram. Não erram nos fundamentos teóricos; tanto se pode defender a universalidade da arte como a sua nacio-

nalidade; erram no que toca aos fatos. Com efeito, é difícil, por mais que a alma se sinta levada pelo princípio da universalidade da arte, não hesitar quando nos falam da necessidade de defender a arte nacional; mas é justamente este o ponto em que a visão do conselho municipal, do prefeito e do Senado me parece algo perturbada.

Posto não freqüente teatros há muito tempo, sei que há aí uma arte especial, que eu já deixei em botão. Essa arte (salvo alguns esforços louváveis) não é propriamente brasileira, nem estritamente francesa; é o que podemos chamar, por um vocábulo composto, a arte franco-brasileira. A língua de que usa dizem-me que não se pode atribuir exclusivamente a Voltaire, nem inteiramente a Alencar; é uma língua feita com partes de ambas, formando um terceiro organismo, em que a polidez de uma e o mimo de outra produzem nova e não menos doce prosódia.

Este fenômeno não é único. O teuto-brasileiro é um produto do Sul, onde o alemão nascido no território nacional não fica bem alemão nem bem brasileiro, mas um misto, a que lá dão aquele nome. Ignoro se a língua daquele nosso meio patricio e inteiro colaborador é um organismo igual ao franco-brasileiro; mas se as escolas das antigas colônias continuam a só ensinar alemão, é provável que domine esta língua. Nisto estou com La Palisse.

Não é pelo nascimento dos artistas que a arte franco-brasileira existe, mas por uma combinação do Rio com Paris ou Bordéus. Essa arte, que as finadas Mmes. Doche e D. Estela não reconheceriam por não trazer a fisionomia particular de um ou de outro dos respectivos idiomas, tem a legitimidade do acordo e da fusão nos elementos de ambas as origens. Quando nasceu? É difícil dizer quando uma arte nasce; mas basta que haja nascido, tenha crescido e viva. Vive, não lhe peço outra certidão.

Acode-me, entretanto, uma idéia que pode combinar muito bem as duas correntes de opinião e satisfazer os intuitos de ambas as partes. Essa idéia é lançar uma taxa moderada às companhias estrangeiras e libertar de todo imposto as nacionais. Deste modo, aquelas virão trazer-nos todos os invernos algum regalo novo, e as nacionais poderão viver desabafadas de uma imposição onerosa, por mais leve que seja. Creio que assim se cumprirá o dever de animar as artes, sem distinção de origens, ao mesmo tempo que se protegerá a arte nacional. Que importa que, ao lado dela, seja protegida a arte franco-brasileira? Esta é um fruto local; se merece menos que a outra, não deixa de fazer algum jus à eqüidade. Aí fica a idéia; é exequível. Não a dou por dinheiro, mas de graça e a sério.

Não me arguam de prestar tanta atenção à língua de uma arte e à meia língua de outra. Grande cousa é a língua. Aquele diplomata venezolano que acaba de

atordoar os espíritos dos seus compatriotas pela revelação de que o tratado celebrado com a Inglaterra, graças aos bons officios dos Estados Unidos, serve ao interesse destes dous países com perda para Venezuela, pode não ter razão (e creio que não tenha), mas dá prova certa do que vale a língua. Os outros dous são ingleses, falam inglês; foi o pai que ensinou esta língua ao filho. Venezuela é uma das muitas filhas e netas de Espanha que se deixaram ficar por este mundo. A língua castelhana é rica; mas é menos falada. Se o diplomata tivesse razão, em Caracas, que é o Rio de Janeiro de Venezuela, as companhias nacionais é que agüentariam os maiores impostos, enquanto que as de Londres e New York representariam sem pagar nada. Mas é um desvario, decerto; esperemos outro telegrama.

Relevem o estilo e as idéias; a minha dor de cabeça não dá para mais.

NOTAS BIOGRÁFICAS DE SENADORES DO IMPÉRIO CITADOS EM “O VELHO SENADO”

- Quintino Antônio Ferreira de Sousa – Quintino Bocaiúva (Nasceu em 4.12.1836, RJ, e morreu em 11.6.1912, RJ). Senador Constituinte (12.12.1890 a 29.12.1891), Senador (8.9.1892 a 29.12.1899 e de 1909 a 1912) pelo Rio de Janeiro. Presidente da Província do Rio de Janeiro (1900 a 1903). Vice-Presidente do Senado (de maio de 1909 a maio de 1911). Ministro das Relações Exteriores (1889 a 1891) e Ministro Interino da Agricultura (1889) do Governo Provisório de Deodoro da Fonseca.
- João Lustosa da Cunha Paranaguá (2º Visconde e 2º Marquês da Paranaguá. Nasceu em 21.8.1821, PI, e morreu em 9.2.1912, RJ.) Senador de 9.5.1865 a 15.11.1889, PI.
- João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu (Visconde de Sinimbu. Nasceu em 20.11.1810, AL, e morreu em 27.12.1907, RJ.) Senador de 15.5.1858 a 15.11.1889, AL.
- Afonso Celso de Assis Figueiredo (Visconde de Ouro Preto. Nasceu em 2.2.1837, MG, e morreu em 21.2.1912, RJ.) Senador de 26.4.1879 a 15.11.1889, MG.

- Conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos. (Nasceu em 15.11.1815, BA, e morreu em 28.12.1877, RJ.) Senador de 16.2.1864 a 28.12.1877, BA.
- José da Costa Carvalho (Visconde e Marquês de Monte Alegre. Nasceu em 7.2.1796, BA, e morreu em 18.9.1860, SP). Deputado Constituinte (3.5 a 11.11.1823), Deputado (8.5.1826 a 3.9.1829; 3.5.1830 a 1.11.1831) pela Bahia e de 3.5.1838 a 29.4.1839, por São Paulo. Senador (4.5.1839 a 18.9.1860) por Sergipe. Presidente do Senado (1.5.1842 a 1.5.1843); Membro da Regência Trina Permanente (17.6.1831 a 11.10.1835); Presidente do Conselho de Ministros (6.10.1849 a 10.5.1852) e Ministro do Império (29.9.1848 a 10.5.1852) do 10º Gabinete do II Império.
- Miguel Calmon du Pin e Almeida (Marquês de Abrantes. Nasceu em 26.10.1794, BA, e morreu em 13.9.1865, RJ.) Senador de 28.7.1840 a 13.9.1865, CE.
- Luís Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias. Nasceu em 25.8.1803, RJ, e morreu em 7.5.1880, RJ). Senador de 11.5.1846 a 7.5.1880, RS. Presidente das Províncias: do Maranhão (7.2.1840 a 12.5.1841) e do Rio Grande do Sul (9.11.1842 a 10.12.1846; e de 30.6.1851 a 30.6.1855).
- Manuel Inácio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho (Marquês de Itanhaém. Nasceu em 5.5.1782, RJ, e morreu em 17.8.1867, RJ.) Senador de 30.12.1844 a 17.8.1867, MG.
- José Tomás Nabuco de Araújo. (Nasceu em 14.8.1813, BA, e morreu em 19.3.1878, RJ.) Senador de 1.6.1858 a 19.3.1878, BA.

- José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco. Nasceu em 16.3.1819, BA, e morreu em 1.11.1880, RJ). Senador de 5.5.1863 a 1.11.1880, MT. Diplomata e Conselheiro de Estado. Presidente da Província do Rio de Janeiro (30.10.1858 a 9.11.1859).
- Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda. Nasceu em 22.12.1793, PE, e morreu em 7.6.1870, RJ). Senador de 6.9.1837 a 7.6.1870, PE.
- Eusébio de Queirós Coutinho Matoso Câmara. (Nasceu em 27.12.1812, São Paulo de Luanda, Angola, e morreu em 7.5.1868, RJ.) Senador de 22.5.1854 a 7.5.1868, RJ.
- Francisco Jê Acaiaba de Montezuma (Visconde de Jequitinhonha. Nasceu em 23.3.1794, BA, e morreu em 15.2.1870, RS.) Senador de 6.5.1851 a 15.2.1870, BA.
- Antônio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté. Nasceu em 22.9.1798, Lisboa, e morreu em 14.9.1883, RJ.) Senador de 28.4.1848 a 14.9.1883, MG.
- Manuel Inácio Cavalcanti de Lacerda (Barão de Pirapama. Nasceu em 1799, PE, e morreu em 11.3.1882, RJ). Deputado Constituinte (3.5 a 11.11.1823) por Pernambuco; Deputado pelo Maranhão (3.5.1832 a 6.10.1833); Deputado (3.5.1838 a 21.11.1841 e de 1.1.1843 a 24.5.1844) e Senador (18.4.1850 a 11.3.1882) por Pernambuco. Presidente do Senado (8.5.1854 a 3.5.1861).
- Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí. Nasceu em 13.12.1802, RJ, e morreu em 8.1.1872, RJ.) Senador de 6.5.1844 a 8.1.1872, RJ.
- Paulino José Soares de Sousa (Visconde do Uruguai. Nasceu em 4.10.1807, Paris, e morreu em 15.7.1866, RJ.) Senador de 29.8.1849 a 15.7.1866, RJ.

- Francisco de Paula de Negreiros Saião Lobato (Visconde de Niterói. Nasceu em 25.5.1815, RJ, e morreu em 14.7.1884, RJ). Deputado (1.1.1850 a 4.9.1852; 3.5 a 20.9.1853; 3.5.1861 a 12.5.1863 e de 22.5.1867 a 20.7.1868) e Senador (8.6.1869 a 14.7.1884) pelo Rio de Janeiro. Ministro do Império (3.3 a 20.4.1861) e da Justiça (3.3.1861 a 23.5.1862) do 16º Gabinete do II Império e Ministro da Justiça (7.3.1871 a 19.4.1872) do 25º Gabinete do II Império. Conselheiro de Estado.
- Teófilo Benedito Otoni. (Nasceu em 27.11.1807, MG, e morreu em 17.10.1869, RJ.) Senador de 18.1.1864 a 17.10.1869-MG.
- João Maurício Vanderlei (Barão de Cotegipe. Nasceu em 23.10.1815, BA, e morreu em 13.2.1889, RJ.) Senador de 9.5.1856 a 13.2.1889, BA.
- Padre Antônio da Cunha Vasconcelos. Senador de 18.5. 1836 a 25.5.1868, PB.
- Bernardo de Sousa Franco (Visconde de Sousa Franco. Nasceu em 28.6.1805, PA, e morreu em 8.5.1875, RJ.) Senador de 12.6.1855 a 8.5.1875, PA.
- Manuel Vieira Tosta (Barão, Visconde e Marquês de Muritiba. Nasceu em 12.7.1807, BA, e morreu em 22.2.1896, RJ.) Senador de 6.5.1851 a 15.11.1889, BA.
- Manuel Felizardo de Souza e Melo. (Nasceu em 5.12.1806, RJ, e morreu em 16.8.1866, RJ.) Senador de 29.12.1849 a 16.8.1866, RJ.
- Herculano Ferreira Pena. (Nasceu em 1811, MG, e morreu em 27.9.1867, RJ.) Senador de 2.5.1855 a 27.9.1867, AM.

- José Martins da Cruz Jobim. (Nasceu em 26.2.1802, RJ, e morreu em 23.8.1878, RJ.) Senador de 6.5.1851 a 23.8.1878, ES.
- José de Araújo Ribeiro (Barão e Visconde do Rio Grande. Nasceu em 20.7.1800, RS, e morreu em 21.7.1879, RJ) Senador de 29.2.1849 a 21.7.1879, RS.
- José Inácio Silveira da Mota (Nasceu em 15.2.1807, GO, e morreu em 16.10.1893, RJ). Deputado (1.1.1850 a 4.9.1852 e de 3.5.1853 a 12.9.1854 – substituído de 7.5 a 25.5.1854) por São Paulo e Senador (8.5.1855 a 15.11.1889) por Goiás.
- Manuel de Assis Mascarenhas (Nasceu em 28.8.1805, GO, e morreu em 30.1.1867, RJ). Magistrado. Deputado pelo Rio Grande do Norte (1.1.1843 a 24.5.1844), por Goiás (1.1.1845 a 18.9.1847) e pelo Rio de Janeiro (1.1 a 11.6.1850). Senador pelo Rio Grande do Norte (17.5.1850 a 30.1.1867) e Presidente das Províncias do Rio Grande do Norte (3.11.1838 a 12.1.1841 e de 4.12.1841 a 31.3.1842) e do Espírito Santo (19.10.1843 a 25.12.1844.)
- Cândido José de Araújo Viana (Marquês de Sapucaí. Nasceu em 15.9.1793, MG, e morreu em 23.1.1875, RJ.) Magistrado e Conselheiro do Estado. Deputado Constituinte (3.5 a 11.11.1823) e Deputado (8.5.1826 a 3.9.1829; 3.5.1830 a 6.10.1833 – substituído de 3.5 a 21.10.1832; 3.5.1834 a 15.10.1837 e de 3.5.1838 a 28.10.1839) por Minas Gerais. Presidente do Senado (4.1.1851 a 7.5.1854); Presidente das Províncias: de Alagoas (14.2 a 31.12.1828) e do Maranhão (14.1.1829 a 12.10.1832); Ministro da Fazenda (14.12.1832 a 12.6.1834) e da Justiça (14.5 a 3.6.1833) do 3º Gabinete.

te da Regência Trina Permanente e Ministro do Império (23.3.1841 a 19.1.1843) do 2º Gabinete do II Império.

- Caetano Maria Lopes Gama (Visconde de Maranguape. Nasceu em 5.8.1795, PE, e morreu em 21.6.1864, RJ.) Senador de 4.5.1839 a 21.6.1864, RJ.
- Cândido Borges Monteiro (Barão e Visconde de Itaúna. Nasceu em 12.10.1812, RJ, e morreu em 25.8.1872, RJ). Deputado (3.5.1853 a 20.9.1856) e Senador (1.5.1857 a 25.8.1872) pelo Rio de Janeiro. Presidente da Província de São Paulo, de 27.8.1868 a 29.7.1869 e Ministro da Agricultura (20.4 a 23.8.1872) do 25º Gabinete do II Império.

O velho Senado, de Machado de Assis,
foi composto em Bookman, corpo 9, e impresso em papel
vergê areia 85g/m², nas oficinas da SEEP (Secretaria Especial
de Editoração e Publicações), do Senado Federal, em Brasília.
Acabou-se de imprimir em dezembro de 2004, de acordo com
o programa editorial e projeto gráfico do Conselho
Editorial do Senado Federal